



SOCIEDADE ABERTA

Um país ao contrário



Domingues de Azevedo
Bastonário da
Ordem dos Técnicos
Oficiais de Contas

nomeadamente através de lutas intestinas, uma política de comunicação sem norte e pouco dada a explicações claras e transparentes sobre o que está a ser feito. O momento de emergência nacional, como o que vivemos, implicaria uma relação

1. Nem nos piores pesadelos se podia imaginar que ao fim de dois anos de governação este executivo parecesse já acumular uma década à frente dos destinos do País, tal é a escalada de erosão a que tem sido sujeito, muito por culpa própria,

cristalina entre governantes e governados, uma coesão política a toda à prova, consensos alargados, muito para além da retórica estafada que já ninguém consegue convencer. Ora, não é nada disto que sucede. O clima de tensão latente não pode deixar ninguém tranquilo e estende-se a Belém. Ver um conselheiro de Estado anunciar, com oito dias de antecedência e antes mesmo das vias oficiais, que o Presidente da República vai reunir o seu órgão consultivo é a negação da autoridade do Chefe de Estado, que se desejava acima de qualquer polémica. Isto é o País ao contrário. O caso da chamada “TSU dos pensionistas” foi o último capítulo. Inscreveu-se esta medida na 7^a avaliação da ‘troika’, como “facultativa”. Leram bem, facultativa. A aplicar só em último caso, asseguram-nos do governo. Garantem-

nos que há margem ou folga. Onde? Se isto fosse um “espetáculo” recomendável, dir-se-ia que os portugueses eram uns privilegiados, porque estavam a assistir ao seu desenrolar na primeira fila. Acontece que este “espetáculo” pouco ou nada tem de edificante. Os nossos governantes não têm o direito de criar pânico numa população que já sofre há muito, e quase sempre em silêncio, as agruras crise. E muito menos têm o direito de sacrificar parte das nossas vidas, especialmente dos que trabalharam honrada e honestamente durante décadas e que agora são o pilar de famílias com filhos, a braços com dramáticas situações de desemprego. Mais de três milhões de pensionistas e reformados não sabem que rendimento vão ter para gerir num futuro próximo. O futuro é cada vez mais sinónimo de incerteza. O estado de emergência não

pode valer tudo. As sombras de constitucionalidade sobre esta e outras medidas colocam outra vez em xeque a ação do governo.

2. A introdução do regime de IVA de caixa a partir do próximo mês de outubro, para empresas com um volume de negócios inferior a meio milhões de euros, é uma boa notícia, em especial para as Pequenas e Médias Empresas (PME) e para os empresários nacionais. Vai permitir às empresas pagar o IVA ao Estado apenas quando recebem dos seus clientes e não no momento da emissão das faturas. Esperemos pela aplicação no terreno de uma medida que na teoria tem tudo para ser bem sucedida. Contudo, é preciso cautela, porque o passado tem-nos dito que boas ideias, mal concretizadas, acabam condenados ao fracasso. ■

Artigo redigido segundo o Novo Acordo Ortográfico